

APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PAPEL DA MORAL NOS ROMANCES NATURALISTAS BRASILEIROS

Leandro Thomaz de ALMEIDA¹

RESUMO: Uma avaliação crítica de romances baseada em seu aspecto moralizador foi muito comum em meados do século XIX no Brasil. Romances moralizantes eram elogiados, enquanto aqueles que não privilegiavam a “denúncia do vício” não eram bem avaliados pela crítica. Com a chegada do naturalismo, esse quadro se modificou, e a moral não foi mais utilizada como critério estético positivo, de sorte que uma questão pode ser posta, sobre o papel da moral na avaliação dos romances naturalistas. Assim, este artigo visa expor algumas considerações sobre a concepção de moral expressa por autores naturalistas brasileiros e sua crítica.

Palavras-chave: Romance naturalista; Crítica literária; Moralidade.

RESUME: Une évaluation critique de romans basés sur son aspect moralisateur a été très commun au milieu du XIXe siècle au Brésil. Des romans moralisants étaient félicités, tandis que ceux qui ne privilégiaient pas la “dénonciation du vice” n’avaient pas de louanges de la critique. Avec l’avènement du naturalisme, ce cadre a connu des changements et la morale n’a plus été utilisée comme un critère esthétique positif, de sorte qu’une question d’enquête se pose, sur le rôle joué par la morale dans l’évaluation des romans naturalistes. Ainsi, ce article vise à exposer une enquête autour de la conception de morale exprimées par des auteurs naturalistes brésiliens.

Mots-clés: Roman naturaliste; Critique littéraire; Moralité.

1. Romance e moralidade

Em “Timidez do romance”, Antonio Candido lista algumas das acusações que letrados e moralistas lançaram contra a literatura, aquelas que tiveram que ser rebatidas por aqueles que se puseram a escrever romances. Esse gênero literário, ainda mais suscetível a críticas, posto que carente do prestígio gozado pelo drama e pela poesia, foi acusado de “afastar de tarefas ‘sérias’”, “perturbar a paz da alma”, “corromper os costumes”, “criar maus hábitos de devaneio” (CANDIDO, 1987, p. 82). Essa particularidade do romance em relação aos outros gêneros é exposta assim pelo mesmo crítico:

“Uma coisa, com efeito, era encontrar razões justificativas para a epopéia ou a tragédia, a ode ou a sátira, unidas por uma tradição venerável e beneficiando dos grandes exemplos da Antiguidade, restaurados então em toda a sua força; outra coisa era abonar a pacotilha

¹ Doutorando em Teoria e História Literária pela UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu. Agradeço à FAPESP o apoio para a realização desta pesquisa, ainda em andamento.

duvidosa das narrativas romanescas, que deviam parecer aos intelectuais o que hoje parecerá a fotonovela” (CANDIDO, 1987, p. 83).

Dessa forma, para se justificar, o romance deveria, primordialmente, edificar, instruir e divertir (CANDIDO, 1987, p. 84). Atente-se, no entanto, para o fato de que o último item nunca deveria vir sozinho nas justificativas, mas subordinado aos dois primeiros, ou como uma forma mais eficiente de alcançá-los:

“A finalidade principal dos Romances, ou ao menos a que deveria ser, a que se devem propor todos aqueles que os compõem, é a instrução dos Leitores, a quem é necessário fazer ver a virtude sempre coroada e o vício castigado. Mas como o espírito do homem é naturalmente inimigo dos ensinamentos, e seu amor-próprio o revolta contra as instruções, é preciso enganá-lo pelos atrativos do prazer, adoçar a severidade dos preceitos pelos exemplos agradáveis, e corrigir seus defeitos condenando-os em outra pessoa. Assim, o divertimento do Leitor, que o Romancista hábil parece ter por objetivo nada é além de uma finalidade subordinada à principal, que é a instrução do espírito e a correção dos costumes” (Pierre Daniel Huet, Apud. ABREU, 2003, p.306).

A estratégia em vigor aqui é bastante antiga: “Embora o romance seja distinto da tradição clássica na maior parte dos aspectos, é clara a semelhança, no que tange ao desejo de moralização, com o princípio horaciano da mistura entre deleite e utilidade (*miscuit utile dulci*). Essa forma de justificar a leitura das belas-lettras teve longa e ininterrupta vida” (ABREU, 2003, p. 306).

Ao tomarmos contato com o que, no Brasil, se disse sobre o gênero romanescos em meados do século XIX, período de consolidação da produção de romances por autores nacionais, vemos que a justificativa para sua existência não diferia, portanto, daquilo que, na Europa, se invocava, há quase um século, para justificar a existência das obras de ficção. Uma das primeiras críticas literárias produzidas no Brasil, a respeito de um dos nossos primeiros romances, evidencia a existência de um discurso que atribuía uma função ao texto literário. Dutra e Mello, ao avaliar positivamente *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, defendia que a obra “apresenta-nos o quadro edificante da virtude”, e não se detém no “pavoroso aspecto do crime”. Exatamente por isso pode ser útil aos leitores, já que “o belo e o bom têm por si sós bastante força para atrair as almas bem formadas” (MELLO, 1844, s/p.). Essa leitura pelo viés da moral não é um achado aleatório entre as críticas de meados do XIX. A bem da verdade, ela é predominante como critério avaliativo dos romances que circulavam no Brasil. Veja-se a observação que o cônego Fernandes Pinheiro lançou sobre um outro romance do mesmo Macedo,

Vicentina: “É, além disto, um serviço feito a literatura brasileira; naturalizando entre nós o verdadeiro romance; o romance moral e instructivo; familiarizando-nos com as nossas scenas campestres; ensinando-nos finalmente a apreciar o que temos” (PINHEIRO, 1855. s/p). “Romance moral e instrutivo” era garantia de avaliação positiva em meados do XIX.

Logo, ao romance que não cumprisse a função moralizante, caberia a reprovação por parte da crítica e dos leitores sérios. Dr. Pancrácio, pseudônimo, segundo Ubiratan Machado, de Augusto de Castro (MACHADO, 2001, p. 236), condensa o motivo principal pelo qual o romance *As vítimas-algozes* não deveria “correr livremente por todas as mãos”: “Em resumo: a obra pôde aproveitar a homens feitos, mas é sobejamente immoral para penetrar no lar domestico. Servirá á causa da abolição; mas coadjuva potentemente a perversão dos costumes” (PINHEIRO, 1855. s/p.). Entre a causa da abolição e a questão moral, o peso maior recaiu sobre a segunda. Não fez outra coisa esse Dr. Pancrácio senão reforçar ainda mais a impressão de que a literatura deveria ter finalidades úteis e enobrecedoras, em suma, moralizantes.

Essa preocupação com a moral era reforçada pelos manuais de retórica utilizados nos colégios da corte em meados do XIX. Um dos mais importantes autores para o estudo da retórica foi o escocês Hugh Blair, cuja obra *Lectures on rethoric and belles lettres* serviu de base para as aulas sobre a disciplina no Brasil, como também para a composição de outros manuais, como o bastante utilizado *Lições elementares de eloquência nacional*, de Francisco Freire de Carvalho. Segundo Blair, o romance traria como maior virtude a ilustração dos erros a que poderiam conduzir as paixões humanas, servindo, assim, de antídoto contra os vícios a que estavam sujeitos os seus leitores². A concepção de moral trazida pelos manuais de retórica se constitui em um importante aspecto de investigação para a compreensão da leitura de romances nesse período.

2. Recepção crítica dos romances naturalistas

As críticas acima mencionadas podem ser tomadas como exemplares de um modo de leitura predominante durante o que se convencionou chamar de Romantismo. Quando avançamos mais no século XIX e nos aproximamos do seu final, vemos aparecer romances como *O mulato*,

² Dois estudos bastante esclarecedores sobre o tema podem ser encontrados em Souza (1999, p. 26) que afirmou: “é preciso reconhecer... que, convivendo com o paradigma historicista hegemônico, a produção crítica orientou-se também por uma vertente de procedência clássica, que sobrevive aos triunfos do romantismo, prolongando a vigência de duas disciplinas antigas do discurso, a retórica e a poética”. p. 26; e Martins (2005, p. 4-5): “a retórica não era uma presença meramente residual no Brasil do século XIX, ocupando antes posição privilegiada no sistema de ensino e se constituindo como um dos principais pilares da formação intelectual da geração romântica”. p. 4-5.

Casa de pensão, O cortiço, A normalista, A carne etc. São obras diferentes daquelas que Teixeira e Sousa, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar escreveram, tanto pela temática quanto pela linguagem utilizada. Os romances dessa nova extração, segundo definição bastante em voga na época, tinham a preocupação de trazer “a verdade à arte”³, em consonância com o cientificismo de finais do século. Obras como *O homem* ou *A carne* procuravam retratar casos de histeria feminina com precisão descritiva e nomenclatura médica, a fim de mostrar as coisas “como são na realidade”. Cabe, então, diante do chamado Naturalismo, uma questão: como a moral aparece nos romances do período? Ainda como critério estético predominante, ou já sem a mesma importância que gozou até o terceiro quartel do século XIX? Para responder à pergunta, temos que travar contato com a leitura dos naturalistas levada a cabo pelos literatos coetâneos dessa prosa.

Em 1880, na *Revista Brasileira*, Urbano Duarte teceu considerações sobre o que entendia ser o papel da literatura. Caberia a ela, em tempos de naturalismo, a “representação fiel e animada” de todas as circunstâncias que envolvem o “estado geral da sociedade” e do “homem coletivo”: virtudes e vícios, grandezas e misérias, crimes e mazelas. Em primeiro lugar devem ser postas a sinceridade e a verdade (DUARTE, 1880, p.26). Essa exposição deveria tomar o cuidado de encontrar uma justa medida na exposição dos intentos morais. Duarte sugere que não mais se proceda à busca de uma “moralidade escancarada”, pois esta não passaria de “soporífera moralidade” (DUARTE, 1880, p.26). O que a obra deve almejar é uma moral que seja proveniente da descrição fiel da realidade, a fim de que o leitor mesmo chegue às suas próprias conclusões. Urbano Duarte, portanto, não propõe o fim da função moralizante do romance, mas que este ofereça pistas que conduzam o leitor, sutilmente, a algum aprendizado. É no apontar os vícios e as mazelas que se reconhece a finalidade da obra: “Pois então descobrir e apontar vícios e viciosos, tratantadas, e tratantes que nós não conhecemos, aos quaes todos os dias tiramos respeitadamente o chapéu, não é moralizar a sociedade?” (DUARTE, 1880, p.26). Sim, é a resposta exigida pela pergunta retórica. Contudo, em 1881, o mesmo Urbano Duarte, diante de um objeto concreto, o romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo, parece exigir uma explicitação maior da moralidade, não mais a sutileza que defendera no ano anterior. Sua crítica ao romance procura acusar a falta de uma explicitação de seu papel moralizante:

³ A expressão é de Aluísio Azevedo no intróito de seu romance *O homem*.

“Que o Sr. Aluísio afaste de seu livro toda a intervenção de moral providencial, está em seu direito, nada há que se lhe opor; mas arredar propositalmente toda a ideia de moral da consciência, que até o próprio materialismo aceita e reconhece quando afirma que o prêmio da virtude é a virtude e o castigo do vício, o mesmo vício, isto é que absolutamente e *in limine* rejeitamos” (Urbano Duarte in: LEVIN, 2008, p.55).

Duarte critica a falta daquela conhecida fórmula (“premiar a virtude e castigar o vício”), o que lhe motiva uma severa reprovação: “E, ainda mais, o que é imperdoável, parece que a preocupação do autor foi, em todo o livro, fazer o vício triunfante e a virtude suplantada” (Urbano Duarte in: LEVIN, 2008, p. 55). O tom é o de um perfeito moralista: “O mundo não avança por cantigas de romances, mas essas teorias lúbricas podem arruinar muitas pessoas. A história está cheia de exemplos fatais ocasionados pelas más leituras” (Urbano Duarte in: Levin, 2008, p.55). Essas opiniões de Duarte mostram uma certa instabilidade do papel exercido pela moral na leitura de romances.

Também o artigo de Carlos de Laet a respeito de *O primo Basílio* nos encaminha para a percepção de que o lugar da moral enquanto critério de avaliação toma novos contornos nas últimas décadas do século XIX. O articulista desaprova explicitamente o típico modelo presente em alguns românticos: “Criar um romance em que só aparecerão mulheres formosas, homens elegantes, seres justos e virtuosos, em que tudo corra à medida dos nossos desejos e que tenha por epílogo a prêmio da virtude e o castigo do vício é laborar nos domínios da fantasia” (Carlos de Laet in: NASCIMENTO, 2008, p. 171). Essa desaprovação não significa, contudo, que a moral foi deixada de lado. No mesmo artigo (o que é bastante sugestivo, pois exemplifica bem essa transição da questão moral de que vimos falando), Laet acusa a “imoralidade” do romance de Eça, e seu “desapego dos mais comezinhos princípios das conveniências sociais” (Carlos de Laet in: NASCIMENTO, 2008, p. 171). Talvez, sobretudo pela cena do “Paraíso”, local dos encontros amorosos entre Luísa e Basílio, Laet afirme que “o mérito do último romance de Eça de Queirós é incontestável; mas é forçoso confessar que o escândalo é que mais tem concorrido para o popularizar” (Carlos de Laet in: NASCIMENTO, 2008, p.171). Percebemos a todo instante o cuidado do articulista para não dar a entender que a moral não é importante. No geral, ele faz questão de ressaltar os méritos do romance *O primo Basílio*, sem deixar de dar, como vimos, uma “alfinetada” em alguns momentos de “desapego” do romance às “conveniências sociais”.

Mesmo em críticos de maior envergadura, como Sílvio Romero, percebemos um tratamento da questão da moral de uma forma diferenciada daquela que vigorou alguns anos antes. Em 1882 ele escreveu um livreto intitulado *O naturalismo em litteratura*, no qual criticou aqueles que acusaram Zola por verem em seus romances sinais de imoralidade frutos de descrições demasiadamente “cruas”: “A mais importante objeção opposta ao romancista de Médan é a velha lamuria da immoralidade de seus quadros” (ROMERO, 1882, p.11). Para empreender a defesa do romancista francês, Romero faz uma exposição daquilo que entende ser as propostas do naturalismo, as quais não foram bem compreendidas pelos seus críticos. Segundo ele, o naturalismo deve abandonar as “creações aéreas”, oriundas da “phantasia desregrada”. O que se espera é que o romance surpreenda “o homem no desenvolvimento normal de suas paixões”. Isso porque o intento da arte “não é emendar ou corrigir, sinão estudar e commentar” (ROMERO, 1882, p.11). Esse “emendar” de que fala Romero era uma expectativa que se tinha, como vimos, em relação ao romance. A ênfase, agora, ao menos segundo o autor em questão, recai sobre uma observação mais “imparcial”, que procura descrever a realidade, e não tanto interferir nela.

O historiador da literatura entende que a preocupação com a moralidade atrapalharia a exposição daquilo que está no campo de observação do romancista. Essa observação deve ser o mais fiel possível, para alcançar um fim diferente do da simples moralização: “O homem é um forçado que se liberta e sua arma de combate é a sciencia e é a litteratura” (ROMERO, 1882, p.28). Importa que a literatura não seja simples elucubração imaginativa, mas observação da sociedade, com vistas à “libertação” do homem. A moralidade enquanto finalidade da obra de arte foi rejeitada, posto que atrapalharia essa postura investigativa que o crítico defende. Ao tocar na questão da moral, Romero o faz para rejeitá-la como um entrave à melhor percepção do papel que se deve esperar da obra literária. Após essa visão panorâmica sobre a crítica de finais de século XIX, cabe procurar o modo como a moral compareceu nos próprios romances naturalistas.

3. A moral nos romances naturalistas

Começamos com o romance *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo. Ele parece a todo instante se equilibrar em uma tênue linha, em que de um lado está a denúncia das aparências sociais e suas perniciosas convenções, e, de outro, a preocupação em não ser tão explícito nessa mesma denúncia para não criar, ao invés de adesão, rejeição pura e simples. A tese do livro é

clara: o casamento, por conta da obrigatoriedade que impõe de convivência constante, é o maior inimigo do amor. Diante disso, e por ter constatado essa realidade por experiência própria, Olímpia (a “sogra” que dá título ao romance) cria um estratagema para atingir dois objetivos que parecem antagônicos: casar a filha, fazendo jus, assim, aos requisitos exigidos pelas convenções sociais e, ao mesmo tempo, garantir-lhe a felicidade por toda a vida. O “livro” escrito por Olímpia preenche todo o romance, e narra as estratégias utilizadas por ela com o propósito de garantir a felicidade da filha – e, por conseguinte, também do genro, que, a princípio, por não entender as intenções da sogra, a odeia, mas depois, ciente de suas intenções por ter lido o livro escrito por ela, passa a admirá-la incondicionalmente.

A moral, como deixamos transparecer nos comentários anteriores a respeito das críticas aos romances naturalistas, ganha novos contornos também no romance. Ela parece ser agora uma defesa dos impulsos naturais contra as convenções sociais que os reprimem. A todo o tempo estão contrapostos esses impulsos e as conveniências sociais: “Não! Palmira não terá a desgraça de ser uma esposa adúltera e desprezível, nem será também uma vítima ridícula da sua própria virtude, privada, na idade do amor sexual, dos direitos e dos gozos que a natureza conferiu a cada uma das suas criaturas” (AZEVEDO, s/d, p.22). Se optar pelo casamento convencional, Palmira, filha de Olímpia, estimulará a infidelidade do marido, que não suportará o desgaste provocado pelo matrimônio, procurando atender seus impulsos naturais fora dele, e além disso estará privada de realizar os desejos sexuais próprios de sua idade, posto que a convivência matrimonial arrefecerá os impulsos eróticos de ambos. Um amante não é solução, pois, “debaixo do ponto de vista social, imoralíssimo” (AZEVEDO, s/d, p.22). Há, por parte de Olímpia, uma grande preocupação com a exequibilidade de suas ideias: “Sim, teria eu a coragem de afrontar com inabaláveis e velhos preconceitos estabelecidos até hoje? [...] Substituir o marido por um amante é fácil de dizer aqui nestas páginas, mas, na vida real, é coisa delicadamente difícil de pôr em obra” (AZEVEDO, s/d, p.28). É em meio a essa discussão que se introduz uma nova concepção de moralidade: “Ora, se tudo aquilo que for contra a natureza é imoral e vicioso, o nosso casamento é, passada a crise do primeiro filho, nada menos do que uma condenável imoralidade” (AZEVEDO, s/d, p.34). Imoral, então, é aquilo que, em nome das aparências exigidas pela sociedade, reprime a natureza: “Se o casamento é imoral porque é contra as leis da natureza, o celibato casto também o é pela mesma razão” (AZEVEDO, s/d, p.35). Casamento e castidade tidos como imoral: estamos diante de uma concepção de moralidade que merece ser investigada,

dado seu caráter polêmico em relação ao que vigia em muitos romances de algumas décadas atrás. Há, ainda, nesse romance de Aluísio Azevedo, como em outros romances naturalistas, uma abordagem mais explícita da temática sexual, que está presente a todo instante como exigência natural que deve ser satisfeita. Ficaram para trás os pudores e volteios que impediam sua abordagem de forma mais direta: “E, pois, todo o enlace de sexo, produzido exclusivamente pela fatalidade dos instintos, sem intervenção absoluta da vontade moral, não é obra da criatura, e sim da natureza, ou de Deus, e como tal deve ser respeitável e sagrado, seja ele na vida dos homens, ou na vida dos brutos, ou na vida das plantas” (AZEVEDO, s/d, p.62).

Percebamos uma temática semelhante em outro romance naturalista, *A carne*, de Júlio Ribeiro. Detratado como “um parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo” por José Veríssimo, a obra de Júlio de Ribeiro não foi lida sob prismas muito diversificados, até onde pudemos verificar a partir da recepção crítica. A ênfase, como o mesmo Veríssimo afirmou, recaiu nas “exigências fisiologicamente fatais da carne” (VERÍSSIMO, 1977, p.188), o que contempla, sem dúvida, um aspecto presente nesse e em outros romances naturalistas, mas não faz jus a outras possibilidades investigativas que eles também apresentam. E essas podem ser percebidas no recorrente uso do conceito de moral. O narrador, que nos conta a história de Lenita, a protagonista, que se vê premiada pelo desejo sexual por Manuel Barbosa, pergunta: “Que lhe importava a ela a sociedade e as suas estúpidas convenções de moral?” (RIBEIRO, s/d, p.43). Novamente, como em *Livro de uma sogra*, há uma denúncia da moral enquanto convenção e contraposição aos impulsos naturais. O trecho a seguir faz coro com o discurso do romance de Aluísio Azevedo:

“Preconceitos íntimos não os tinha: para ele [Manuel Barbosa] o casamento era uma instituição egoística, hipócrita, profundamente imoral, soberanamente estúpida. Todavia era uma instituição velha de milhares de anos, e nada mais perigoso do que arrostar, contrariar de chofre as velhas instituições; elas hão de cair, sim, mas com o tempo, com a mesma lentidão com que se formaram, e não de chofre, como um relâmpago. A sociedade estigmatizava o amor livre, o amor fora do casamento; força era aceitar o decreto antinatural da sociedade” (RIBEIRO, s/d, p. 57).

A rejeição da moral convencional se dá em nome da natureza, pois essa moral é sinônimo de um “decreto antinatural”, que reprime, sobretudo no aspecto sexual, os impulsos presentes no homem e na mulher. Como temos visto, certa inversão do sentido mais usual do próprio termo “imoralidade” passa a vigorar, e imoral passa a ser não o desrespeito à convenção, mas à

natureza: “Que é o casamento atual senão uma instituição sociológica, evolutiva como tudo o que diz respeito aos seres vivos, sofrivelmente imoral e muitíssimo ridícula?” (RIBEIRO, s/d, p.118).

Essa questão foi, em alguma medida, abordada por Marcelo Bulhões, quando estudou o erotismo no naturalismo brasileiro. Ao focar as intenções desses romancistas de fim de século, propôs que “nesse papel de reformador social e das ideias de seu tempo, inclusive com a necessidade de superação do idealismo romântico, o escritor realista-naturalista está mesmo investido da tarefa de encarar os tabus, de olhá-los a fundo, mirá-los e trazê-los à tona” (BULHÕES, 2009, p.196). Por isso sua leitura, em viés psicanalítico, privilegiará as interdições que sofreram principalmente as personagens femininas de romances como *O homem*, *A carne* e *O cromo*. Algumas das conclusões a que chegou Bulhões são próximas das indicadas no breve percurso proposto neste artigo: “Respeitadas a diversidade e certa autonomia de cada romance, ainda assim é possível identificar um projeto comum subjacente ou, se quisermos, uma utopia, que reside na defesa de uma vivência sexual livre de preconceitos, feliz, destituída da regulação moral exercida pela ordem social vigente” (BULHÕES, 2009, p.209). Essa conclusão não se detém, contudo, por conta do enfoque escolhido e da vertente psicanalítica de suas investigações, nos matizes possíveis do emprego da moral nos romances naturalistas e em sua recepção crítica. Bulhões fala da “regulação moral exercida pela ordem social vigente”, o que sem dúvida está presente nesses romances; mas, como vimos, imoral, segundo *A carne* ou *Livro de uma sogra* pode ser se curvar às exigências dessa mesma ordem social, e não contrariar suas regulações.

Conclusão

As considerações aqui expostas são, como diz o título do artigo, apontamentos iniciais sobre o sentido e a utilização da moral em romances naturalistas e também na crítica do período. Elas abrem linhas de investigação que podem ser (e serão) aprofundadas, mas que já permitem um olhar mais atento à diferença de tratamento da questão moral existente entre meados e finais do século XIX. A partir das considerações aqui expostas, percebemos que não é possível entender o papel da moral da mesma forma como era entendido em meados do século, o que parece evidente até mesmo pela diferente extração dos romances de Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, comparados aos de Aluísio Azevedo ou Julio Ribeiro. Contudo, entendemos também que não se deve desprezar uma certa preocupação com a moral, ou com um certo papel por ela

exercido nesses romances, o que não parece ficar assim tão claro se observamos a crítica que, no século XX, abordou os romances naturalistas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Azevedo de. **Os caminhos dos livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003.

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. **Trajetórias da recepção crítica de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP. Campinas-SP, 2008.

ASSIS, Machado de. J. M. de Macedo: O culto do dever. In: _____. **Obras completas**. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1992.[1866].

AUGUSTI, Valéria. **O romance como guia de conduta: “A moreninha e Os dois amores”**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP. Campinas-SP, 1999.

AZEVEDO, Aluísio. **Livro de uma sogra**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (1ª edição, 1895).

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Cultrix, 1975.

BULHÕES, Marcelo. **Leituras do desejo – o erotismo no romance naturalista brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CANDIDO, Antonio. Timidez do romance. In: **A educação pela noite**. São Paulo: Ática, 1987.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, Francisco freire de. **Lições elementares de eloquencia nacional, para uso da mocidade de ambos os hemisferios, que falla o idioma portuguez**. Lisboa: typographia Rollandiana, 1861.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.

DUARTE, Urbano. O naturalismo. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro, 1880.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação – Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEVIN, Orna Messer. Aluísio Azevedo romancista. In: AZEVEDO, Aluisio. **Obras completas**. Organização: Orna Messer Levin. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista**. Londrina: Edel; São Paulo: Edusp, 2005

MELLO, Dutra e. “A moreninha”. **Minerva brasiliense**. Rio de Janeiro, 01/10/1844.

NASCIMENTO, José Leonardo do. **O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PINHEIRO, Cônego Fernandes. **Curso de literatura nacional**. 3ª edição. Brasília: INL, 1978.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. São Paulo: Círculo do livro, s/d. (1ª edição, 1888).

ROMERO, Silvio. **O naturalismo em litteratura**. São Paulo: Typographia da província de São Paulo, 1882.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II reinado**. Edições do Departamento Nacional do Livro; Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1994.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999

SUSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? – uma ideologia estética e sua história: o naturalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

VERÍSSIMO, José. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.